

Rede de Proteção às Pessoas em Situação de Violência Intrafamiliar: Experiência de Blumenau, SC

Área Temática de Direitos Humanos

Resumo

O Projeto Assistência Sócio-Jurídica atende usuários do Núcleo de Prática Jurídica/FURB que buscam acesso gratuito à justiça. A violência intrafamiliar é um fenômeno recorrente na Instituição. Em 2003 foram cadastrados 155 usuários, a maioria mulheres em busca de apoio e orientação (80%) e 41% apresentaram, com maior incidência, violência física, verbal e psicológica. Uma dificuldade da equipe refere-se à articulação da rede de proteção social para garantir a atenção às famílias. Dada a fragmentação da rede, a equipe propôs, em 2003, a formação do Grupo de Trabalho Rede de Proteção às Pessoas em Situação de Violência Intrafamiliar, com o objetivo de promover debate sobre a rede de serviços necessária ao atendimento de pessoas em situação de violência intrafamiliar com vistas à formação de uma rede de proteção. Inicialmente fez-se o levantamento das Instituições que atendem este público. Em seguida, organizou-se um ciclo de apresentação destas e, por último, passou-se à definição das suas atribuições. O GT reúne-se mensalmente e é coordenado por uma comissão. Mobilizou-se cerca de 40 instituições, embora a participação nas reuniões seja flutuante. A elaboração das atribuições será concluída em julho próximo e, após, será estabelecido o protocolo de atenção.

Autora

Maria Salete da Silva - Assistente Social - Mestre em Sociologia Política.

Instituição

Universidade Regional de Blumenau - FURB

Palavras-chave: rede; violência intrafamiliar; proteção social.

Introdução e objetivo

O Projeto Assistência Sócio-Jurídica – PASJ, extensão do Departamento de Serviço Social da Universidade Regional de Blumenau – FURB, teve início em março de 1998, quando houve a inserção de quatro alunas do curso de Serviço Social no Núcleo de Prática Jurídica para desenvolver estágio curricular obrigatório. Posteriormente, a experiência deu origem ao Projeto de extensão, o qual foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão sob o parecer nº 052/2002, sendo financiado pelo Departamento de Serviço Social, Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias e Centro de Ciências Jurídicas.

O Projeto inclui subprojetos voltados ao atendimento da população que procura o Núcleo de Prática Jurídica da FURB para acessar gratuitamente à justiça. Em 2004 a equipe compõe-se de 09 alunas do curso de Serviço Social, sendo 3 bolsistas de extensão e 6 que realizam estágio curricular obrigatório, as quais atuam em conjunto com professores e alunos dos cursos de Direito e Psicologia.

São realizadas abordagens individuais e coletivas. A abordagem individual ocorre no Subprojeto Plantão Social, envolvendo os usuários e seus familiares. Neste espaço faz-se a escuta qualificada dos usuários, a análise e reflexão sobre as necessidades sociais expressas, bem como a orientação sobre direitos sociais e a rede de serviços. Este atendimento pode ser

prestado, individualmente, pelo Serviço Social ou em conjunto com os acadêmicos do curso de Direito, o que denominamos de atendimento compartilhado.

A abordagem coletiva inclui os Sub-Projetos Informação, Oficinas de Cidadania e Seminários Temáticos. Por meio do Sub-Projeto Informação ocorre a intervenção educativa na sala de espera, enquanto a população aguarda o atendimento. São discutidos temas relacionados às demandas apresentadas pela população usuária e, no decorrer do primeiro semestre de 2004, abordamos a violência contra a mulher, emprego e desemprego, direitos do idoso, da criança e do adolescente.

O Subprojeto Oficinas de Cidadania é executado em parceria com a comunidade e com outras instituições, tais como a Secretaria Municipal de Assistência Social, o Centro de Educação de Jovens e Adultos e Organizações Não Governamentais que atendem crianças e adolescentes. A meta é atender grupos comunitários ou de usuários já constituídos. As Oficinas versam sobre os temas: família, prevenção ao uso de álcool e violência intrafamiliar.

Com relação às demandas mais frequentes da população recebidas no PASJ, em 2003, podemos citar: separação ou dissolução de união estável (32,5%); conflitos familiares (18,2%), sejam conjugais ou entre gerações; solicitação de pensão de alimentos (16%), tanto para crianças quanto para idosos em condição de vulnerabilidade social; guarda de filhos (11,4%); necessidade de informação sobre direitos sociais e políticas públicas (6,8%) e regularização de visita (4,5%).

Com relação ao fenômeno da violência intrafamiliar, observamos que 41% dos usuários declararam viver em situação de violência, sendo que 53,1% registraram o Boletim de Ocorrência. O principal motivo que ocasionou o não registro, segundo os usuários, foi o fato de não se tratar de violência física, ou seja, os usuários não recorreram à Delegacia porque não apresentavam “marcas visíveis”, desestimulando-os de fazerem a denúncia. Quanto às expressões da violência, encontramos: física, verbal e psicológica com 53 registros. Em 51,5% das situações de violência, esta estava associada ao uso de substância psico-ativa, merecendo destaque o álcool, com 66,6% de frequência.

Além da intervenção realizada pela equipe de serviço social, direito e psicologia no Núcleo de Prática Jurídica, a população que vive em situação de violência apresenta necessidades diversas, cuja satisfação depende da rede de serviços, a qual envolve o conjunto das instituições governamentais e não governamentais executoras das políticas sociais, em especial, de saúde, de assistência social e de segurança pública.

Em Blumenau várias instituições desenvolvem ações voltadas às pessoas em situação de violência intrafamiliar, no entanto, a inexistência de um protocolo de atendimento a estas pessoas (exceto no que tange à violência sexual) tem dificultado a atuação articulada dos diferentes programas.

Como consequência, observa-se a fragmentação das ações e o baixo impacto destas no combate à violência. A partir da experiência com famílias em situação de violência intrafamiliar atendidas no Projeto Assistência Sócio-Jurídica, a equipe de Serviço Social, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social de Blumenau – SEMAS, propôs a criação de um Grupo de Trabalho – GT, que trouxesse à discussão a temática da violência intrafamiliar e a necessidade de articulação da rede de serviços. Desse modo, criou-se o GT em 07 de agosto de 2003, com o objetivo de promover o debate sobre a rede de serviços necessária ao atendimento de pessoas em situação de violência intrafamiliar com vistas à formação de uma rede de proteção.

Metodologia

Para a implantação do GT, partimos do pressuposto de que alguns serviços deveriam funcionar como portas de entrada, já que as pessoas em situação de violência são atendidas, emergencialmente, em diversas instituições como Polícia Militar, Polícia Civil, Hospitais,

Unidades de Saúde da rede básica, Programas de Assistência Social, sem, no entanto, obter respostas para o conjunto das suas necessidades e sem que os diversos serviços trabalhem de forma articulada para ultrapassar o nível imediato.

Em face disso, propusemos a discussão em torno da composição da rede de proteção em etapas, que possibilitassem a identificação das portas de entrada, para, posteriormente, constituir a rede propriamente dita.

Assim, a proposta metodológica foi estabelecida contemplando quatro etapas: 1ª) mobilização e sensibilização das instituições para a composição da rede; 2ª) reconhecimento dos programas sociais destinados ao atendimento de pessoas em situação de violência intrafamiliar, bem como suas potencialidades e fragilidades; 3ª) elaboração das atribuições das instituições componentes da rede de proteção; 4ª) elaboração do protocolo de atenção às pessoas em situação de violência intrafamiliar. Inicialmente houve o mapeamento e a posterior mobilização de Organizações Governamentais e Não-Governamentais para o primeiro encontro.

A questão norteadora em torno da qual o grupo realizou o primeiro debate foi “Qual a rede de serviços necessária à atenção às pessoas em situação de violência intrafamiliar?” A discussão foi realizada em pequenos grupos, com apresentação das conclusões à plenária. Na ocasião, o GT definiu a realização de encontros mensais com vistas à: a) sensibilização dos/as profissionais das diferentes políticas para a composição da rede; b) troca de conhecimento entre as instituições e, c) identificação das fragilidades e potencialidades de cada uma delas. Na seqüência, foram realizados 07 encontros nos quais houve a apresentação dos programas sociais destinados ao atendimento das pessoas que vivem em situação de violência intrafamiliar, considerando: os objetivos; a metodologia e o fluxo de atendimento; os critérios e as dificuldades. Concluída esta etapa, o GT deu início à elaboração das atribuições de cada instituição/programa no que se refere ao atendimento, cuja conclusão está prevista para julho de 2004, quando se iniciará a elaboração do Protocolo de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Intrafamiliar.

Resultado e discussão

A 1ª etapa de trabalho resultou na localização e mobilização de cerca de 40 instituições e/ou programas interessados na discussão do tema, os quais se engajaram no GT, embora a frequência às reuniões tenha oscilado entre 15 a 20 participantes; na identificação de uma lista de instituições cujos serviços destinavam-se ao atendimento emergencial às pessoas em situação de violência intrafamiliar, sendo citadas: a Delegacia de Proteção à Mulher, à Criança e ao Adolescente; Conselhos Tutelares; Polícia Militar; Instituto Médico Legal; Secretaria Municipal de Assistência Social, em especial, a Casa Abrigo para Mulheres em Situação de Risco de Vida e o Centro de Apoio às Famílias em Situação de Violência; a Secretaria Municipal de Saúde e o Serviço Judiciário da FURB, sendo, ainda, listadas outras instituições que deveriam atuar no âmbito da prevenção; criação de um grupo de debate on-line, e todas as informações e relatórios das reuniões são acessados pelos componentes do GT.

Na 2ª etapa, processo que se estendeu entre setembro de 2003 e março de 2004, organizamos a apresentação das instituições: Delegacia de Proteção à Mulher, à Criança e ao Adolescente; Conselho Tutelar; Polícia Militar; Secretaria de Saúde do Município; Secretaria de Assistência Social (política de gênero); Secretaria Municipal de Educação; Juizado da Infância e Juventude (Setor de Serviço Social); Projeto Assistência Sócio-Jurídica/FURB; Fórum de Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar e as Organizações Não-Governamentais Surya e Diretriz.

O debate concentrou-se, fundamentalmente, nas dificuldades relativas à prestação dos serviços, destacando-se a insuficiência de recursos humanos e financeiros para o atendimento da crescente demanda. Durante a realização da 2ª etapa promovemos uma primeira avaliação

e destacamos como relevantes: 1) aspectos positivos do GT: está possibilitando o conhecimento entre as instituições; há envolvimento de profissionais de várias áreas no GT; a iniciativa da FURB em propor a formação do grupo; a criação de espaço para debater o fenômeno da violência intrafamiliar; 2) aspectos negativos: ausência de instituições implicadas na questão da violência; carência de profissionais nas instituições, tais como delegacias e hospitais; atendimento fragmentado e isolamento das ações; resistência de algumas instituições em aceitar críticas, assumindo posturas de permanente justificação das suas ações; 3) propostas: envolver representantes de escolas no GT; retomar o contato com as instituições que não compareceram às reuniões; investir na capacitação permanente da rede; elaborar cartilha sobre a rede; aproveitar mais a produção acadêmica sobre a violência; envolver outros cursos da Universidade no GT.

A 3ª etapa de trabalho do GT teve início em abril de 2004 e consiste na elaboração das atribuições das instituições identificadas como de atendimento emergencial, sendo eles o Conselho Tutelar; os Programas Casa Abrigo para Mulheres em Risco de Vida e o Centro de Apoio às Famílias em Situação de Violência Doméstica e Intrafamiliar, ambos da Política de Assistência Social; os serviços da Secretaria Municipal de Saúde, estes com suas atribuições já definidas; a Polícia Militar; a Delegacia de Proteção à Mulher, à Criança e ao Adolescente; o Instituto Médico Legal e os Hospitais, cujas atribuições serão definidas em junho e julho e, a partir de então, terá início a 4ª etapa de trabalho do GT, da qual resultará o Protocolo de Atenção e a redefinição do papel do GT, que acreditamos deverá empreender ações de capacitação para os/as profissionais que compõem a Rede, além da proposição de pesquisa para avaliar, com mais profundidade, os avanços e as dificuldades da atuação em rede.

Conclusões

A origem da preocupação com a formação de redes, Segundo MIOTO (2000), situa-se em dois fatores básicos: de um lado as áreas se sentem cada vez mais impotentes para responder as demandas e, de outro, as respostas setORIZADAS e especializadas mostram-se com baixo impacto na realidade, cada vez com maior grau de complexidade. Desse modo, a idéia do trabalho com redes está fundada na preocupação com a redução de custos, na tentativa de racionalizar o uso de recursos, via de regra, escassos, e com vistas à requalificação dos serviços.

A preocupação com a redução dos custos dos programas sociais poderá conduzir a uma supervalorização da rede primária, composta de familiares, amigos e vizinhos, a partir de apelos de ordem moral, sobrecarregando-a de responsabilidades, sem a contrapartida do Estado. A rede primária não pode ser vista como substituta do sistema de proteção social, composto pelo aparato do Estado e demais instituições, responsável pelas políticas sociais e pela garantia dos direitos de cidadania. O cumprimento das atribuições de cuidado e proteção por parte da rede primária depende, sobretudo, das condições objetivas disponíveis, por exemplo, as políticas sociais, a conjuntura econômica.

É preciso, também, observar as profundas mudanças que afetam a família, dentre as quais destacamos o aumento do número de idosos, as separações conjugais, as famílias recombinadas, o aumento de famílias monoparentais, etc.; as alterações no espaço urbano, tais como a mobilidade das famílias, que gera fragilidade nas relações comunitárias e de vizinhança, e o empobrecimento que tem atingido um número cada vez maior de pessoas, mesmo aquelas inseridas no mercado formal de trabalho.

Estes fatores têm ocasionado aumento significativo na procura por serviços sociais ofertados pelas redes secundárias, formada a partir das instituições. Ressaltamos que, em 2003, a renda per capita da população usuária do Projeto Assistência Sócio-Jurídica variava entre zero e ½ salário mínimo (42,6%) e entre ½ e 1 salário mínimo (34,3%). Apenas 28,6% estavam empregados no setor formal; 34,3% estavam desempregados; 10,1% viviam de

trabalho informal e 8,9% eram mulheres que se declararam “do lar”, portanto, não exerciam atividade remunerada.

Desse modo, trata-se de um segmento da população que não dispõe de outros recursos, a não ser aqueles oferecidos pelas políticas sociais. Para esta população, a rede secundária é vital, se considerarmos que tem como finalidades “prestar apoio real e duradouro a um indivíduo ou a uma família” (MIOTO, 2000, p. 55), coletivizar os problemas e concretizar um processo de participação e de construção de ações coletivas. Assim, a intervenção em rede coloca-se como alternativa “quando a rede de referência do sujeito demonstra impossibilidade de desenvolver suas tarefas de cuidado ou de lidar com expressões particulares de sofrimento de seus membros” (MIOTO, 2000, p. 56), situação presente nas famílias que vivem em situação de violência e, neste caso específico dos usuários do PASJ, agravada pelas condições precárias de existência.

A intervenção em rede é, ainda, uma alternativa possível para romper com modelos assistenciais cristalizados, marcados por valores conservadores, que tutelam a população e negam seus direitos, ao invés de atuarem na direção do fortalecimento da identidade e da autonomia. Mostra-se também como caminho para superar atuações fragmentadas e que se sobrepõem, em especial, quando se trata da atenção às famílias com doença mental, problemas afetivos, isolamento e solidão, dependência química, violência doméstica, abuso e maltrato de crianças e adolescentes e situações de exclusão (MIOTO, 2000), decorrente da própria seletividade inerente às instituições. Sabemos que estas se organizam a partir de critérios como público alvo, tipo de serviço, área de abrangência etc, sendo que este caráter seletivo atua como filtro que reconhece e responde algumas demandas, enquanto que outras permanecem sem respostas, embora existam e causem repercussões da vida dos usuários. A presença dos mecanismos de seletividade, área de abrangência, definição do público alvo, tipo de serviço prestado, critérios de acesso, entre outros, se reflete no atendimento parcelado, contemplando apenas parte das necessidades vividas pela população, exigindo desta um permanente trânsito entre os vários serviços em busca da efetivação de seus direitos de cidadania.

Diante destas condições de vulnerabilidade, a constituição de redes é fundamental, pois “indivíduos sozinhos não têm condições de se fortalecer” (FALEIROS, 1997, p. 24), sejam estes indivíduos os profissionais inseridos nas instituições ou os usuários dos serviços. A rede é uma articulação de atores em torno (...) de uma questão ao mesmo tempo política, social, profundamente complexa e processualmente dialética. (...) Na intervenção em redes, o profissional não se vê nem impotente nem onipotente, mas como um sujeito inserido nas relações sociais para fortalecer, a partir das questões históricas do sujeito e das suas relações particulares, as relações destes mesmos sujeitos para ampliação de seu poder, saber, e de seus capitais (FALEIROS, 1997, p. 25).

A constituição de redes sociais implica em uma nova forma de olhar e agir, exigindo responsabilidade coletiva das instituições governamentais e não governamentais, com vistas a proteção da população em situação de vulnerabilidade. Para a constituição de redes são necessários alguns pressupostos, dentre os quais citamos: disposição para compartilhar conhecimentos; flexibilidade e humildade para reavaliar as ações; criatividade para construir e propor novos caminhos; esforço para compreender a realidade social como totalidade; investimento em qualificação profissional dos sujeitos envolvidos na prestação de serviços; capacidade de comunicação entre os atores institucionais; compromisso e interesse comum em contribuir para a superação das situações de vulnerabilidade vividas pela população. Enfim, segundo TÜRCK, a constituição de redes exige: “flexibilidade para aprender, disponibilidade para compartilhar e qualificação para executar” (TÜRCK, 2002, p. 32).

A metodologia dos trabalhos em rede é construída coletivamente, pois as pessoas e/ou recursos sociais se reúnem em face de objetivos e interesses comuns e, a partir destes,

“buscam formas, jeitos para encontrar soluções ou construir novas alternativas de sobrevivência ou de convívio”, bem como respostas coletivas para demandas sociais que emergem no contexto social (TÜRCK, 2002, p. 32-33). Cada participante da Rede é responsável pela sua construção, assim como pela discussão da rede no interior da sua instituição, funcionando como elemento facilitador e disseminador do processo.

A partir da experiência vivida em Blumenau, foi possível observar que existem dificuldades de várias naturezas para a composição da rede de Proteção, desde a insuficiência de recursos humanos e financeiros por parte das instituições, o não reconhecimento da violência intrafamiliar como um fenômeno merecedor de respostas através de políticas públicas, a fragilidade no processo de discussão da rede no interior das instituições que compõem o GT, até a cultura de resistência de algumas instituições em reavaliar suas competências, expor suas fragilidades e de se envolver nos debates travados nos espaços públicos, pois consideram suas responsabilidades eminentemente técnicas, não reconhecendo a sua dimensão política.

Por último, o investimento em qualificação, o debate contínuo e a avaliação das redes constituem condições para a sua existência, pois como afirma TÜRCK, o maior desafio na organização das redes “não é apenas construí-las, é mantê-las vivas” (TÜRCK, 2002, p. 60).

Referências bibliográficas

Dossiê Violência contra a Mulher. Disponível em:

http://www.redesaude.org.br/dossies/html/body_vi-glossario.html. Acesso em: 11 agosto 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1997. 208 p.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. O Trabalho com Redes como procedimento de intervenção profissional: o desafio da requalificação dos serviços. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 51-58, jan./jun. 2002.

PROJETO ASSISTÊNCIA SÓCIO-JURÍDICA. Departamento de Serviço Social/FURB. Relatório. Blumenau, 2002. Mimeografado.

PROJETO ASSISTÊNCIA SÓCIO-JURÍDICA. Departamento de Serviço Social/FURB. Relatório. Blumenau, 2003. Mimeografado.

SILVA, Maria Salete da Silva. A esfera pública e a formação da agenda pública. Revista Ensino e Pesquisa, União da Vitória/PR, v. 1, n. 1, p. 119-127, março 2002.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. Rede Interna e Rede Social: o desafio permanente na teia das relações sociais. 2. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2002. 64 p.